



a Voz do Operário

INFORMAÇÃO **140** ANOS
com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco
ANO 141 NÚMERO 3074 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA
JANEIRO 2020 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



NACIONAL

CGTP-IN chumba OE

O Orçamento do Estado proposto pelo governo “está longe de corresponder às legítimas expectativas dos trabalhadores e da população”, divulgou a maior central sindical portuguesa em comunicado. **pág. 12**



A VOZ DO OPERÁRIO

Por uma escola para a democracia

Sérgio Gaitas, coordenador pedagógico, analisa a forma como se avalia um sistema educativo que tem cada vez mais como objetivo preparar os alunos para competir por postos de trabalho. **pág. 5**

LOCAL

Habitação é problema grave em Lisboa

É a cidade com maior esforço salarial para pagar rendas na Europa e a sexta no mundo. Um estudo concluiu que os habitantes da capital portuguesa têm de dedicar 50,4% do salário para pagar as ren-

das das casas onde vivem. Segundo os especialistas, aplicar mais de 30% do salário para este fim coloca em risco a economia doméstica. Morar em Lisboa é cada vez mais difícil. **págs. 6 e 7**



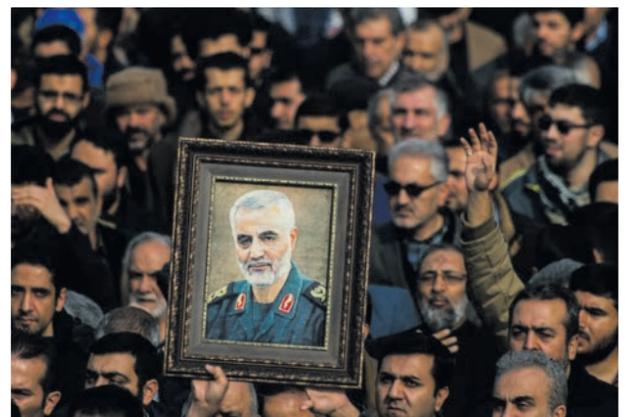
Frente Comum marca protesto

A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (CGTP-IN) aprovou a realização de uma manifestação nacional em Lisboa a 31 de janeiro. Em causa está o aumento de salário de 90 euros para todos os trabalhadores, por oposição aos 0,3% propostos pelo governo, que se traduzem, no caso dos assistentes operacionais, em cerca de dois euros mensais. **pág. 13**



Transtejo atrasa compra de barcos

As Comissões de Utentes de Transportes de Almada, Montijo e Seixal questionaram António Costa através de uma carta aberta sobre a informação de que a Transtejo anulou o concurso, anunciado em fevereiro, para a compra de barcos movidos a gás natural. Os utentes alertam que tal vai implicar um atraso de 12 meses na chegada dos primeiros barcos. **pág. 11**



Estados Unidos assassinam Soleimani

A menos de um ano das eleições norte-americanas, Donald Trump escolheu o caminho da guerra e ordenou o assassinato, em Bagdade, do General Qassem Soleimani, uma das mais importantes figuras do Estado iraniano. O responsável pelas forças especiais da Guarda Revolucionária era conhecido por ter derrotado o ISIS e a al-Qaeda na Síria e Iraque. **pág. 9**

Sim à Paz! Não à Nato

Manuel Figueiredo,
Presidente da Direção

A NATO realizou em Londres, no passado mês de dezembro, a cimeira onde assinalou os seus 70 anos, reafirmando os princípios de bloco político-militar belicista, apesar da sua ampla condenação, designadamente pelas organizações europeias membros do Conselho Mundial da Paz, de que o Conselho Português para a Paz e Cooperação é coordenador.

Desde a sua criação que a NATO tem sido a principal ferramenta militar agressiva do imperialismo, constituindo-se como a maior e mais perigosa organização militar do mundo.

Recorde-se que, ao contrário dos princípios democráticos apregoados, desde a sua formação em 1949, que a NATO incluiu Portugal, ficando assim patente a sua natureza ao integrar a ditadura fascista de Salazar como um dos seus membros fundadores.

Constituindo-se como um forte instrumento ao serviço da política externa de hegemonia imperialista dos Estados Unidos da América e das suas multinacionais, ao longo da sua negra história, a NATO protagonizou e apoiou golpes de Estado, guerras de agressão e ocupações militares – como no Chipre, na Jugoslávia, no Afeganistão ou na Líbia –, sendo responsável por um imenso legado de morte, sofrimento e destruição, por milhões de desalojados e de refugiados.

Ao contrário do proclamado, a NATO não tem um carácter defensivo, sendo um bloco político-militar com vocação agressiva, que se arroga no direito de intervir militarmente em qualquer parte do mundo, sob um qualquer pretexto, desrespeitando os princípios da Carta das Nações Unidas e o direito internacional que devem reger as relações entre países e salvaguardar a soberania e os direitos dos povos.

Constituindo a mais séria ameaça à paz e à segurança, os EUA/NATO detêm a esmagadora maioria das bases e instalações militares em território estrangeiro existentes no mundo, incorpora a doutrina nuclear, que permite um primeiro ataque nuclear dito preventivo, inclusivamente contra Estados que não possuam este tipo de armamento, reforçam bases, frotas, contingentes e modernos meios militares junto às fronteiras da Rússia e da China, agravando a tensão no Leste da Europa e no Extremo Oriente.

Numa situação internacional de multiplicação de focos de tensão e desestabilização, das ameaças e guerras de agressão promovidas pelos EUA/NATO, a luta pela paz, pelo desarmamento e em particular, pela dissolução da NATO, reveste-se da maior importância.

Portugal deve estar do lado da paz e do desarmamento, rejeitando o militarismo, a corrida aos armamentos, a guerra, incluindo a participação de forças portuguesas na agressão contra outros povos, cumprindo o estipulado na Constituição da República Portuguesa, que no seu artigo 7º estabelece:

“1. Portugal rege-se nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, do respeito dos direitos do homem, dos direitos dos povos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade.

2. Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança coletiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.”

Os tempos atuais, colocam como premente a luta pela paz, o que implica o fim da corrida aos armamentos o desarmamento geral, simultâneo e controlado e a utilização das verbas para a resolução dos problemas que afligem os povos, evitando uma nova confrontação que teria consequências catastróficas para a humanidade.

Por muito fortes que sejam aqueles que apostam na guerra, ela não é inevitável. Cabe aos povos do mundo, unidos num amplo e ativo movimento em defesa da paz e do desarmamento, travar-lhes o passo.

Neste âmbito, reveste-se da maior importância a mobilização dos trabalhadores e do povo português em defesa da paz e do desarmamento, em solidariedade com os povos que enfrentam as ingerências e as guerras de agressão do imperialismo, contra a NATO e a escaldada armamentista.

EDITORIAL

Outro orçamento é preciso

O ano começa com o debate sobre um instrumento fundamental para o país. A forma como o Estado gere o dinheiro de todos devia merecer a nossa análise. O Orçamento do Estado para 2020 proposto pelo governo na Assembleia da República está longe de servir os interesses de quem trabalha e vive em Portugal. A verdade é que o executivo liderado por António Costa continua a não querer governar à esquerda e prefere fechar os olhos às profundas desigualdades que subsistem no nosso país. O reduzido aumento do salário mínimo e da remuneração geral dos trabalhadores do público e do privado mostra que não há vontade política para implementar medidas que favoreçam a justiça social. Os portugueses são diariamente confrontados com a falta de funcionários e condições nos serviços públicos. O OE2020 tem de dar resposta às necessidades dos trabalhadores e do povo.

Quem pediu mais paz no mundo para este ano assistiu estupefato ao assassinato do General Soleimani, líder militar iraniano, num ataque terrorista ordenado por Donald Trump à margem do direito internacional. Soleimani foi um dos principais responsáveis pela derrota do Estado Islâmico e da al-Qaeda na Síria e no Iraque e foi assassinado em Bagdade. Que os Estados Unidos se sintam à vontade para agirem como pistoleiros no Médio Oriente impondo a sua vontade à lei da bala mostra como nada mudou na Casa Branca. É a hora de os governos assumirem uma posição frontal contra a guerra e contra as políticas belicistas dos Estados Unidos. Quem quer a paz não promove a guerra.

a Voz do Operário

PROPRIEDADE E EDIÇÃO SIB A Voz do Operário
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozoperario.pt

DIRETOR Domingos Lobo

DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio, Diogo Jorge

FOTOGRAFIA Nuno Agostinho

COLABORADORES André Levy, Bruno Carvalho, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Manuel Figueiredo, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais

REDAÇÃO Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa

IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA
Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,
n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro

N.º DE REGISTO NA ERC 107759

DEPÓSITO LEGAL 6394/84

PERIODICIDADE Mensal

TIRAGEM 3.500 exemplares

ESTATUTO EDITORIAL www.vozoperario.pt



Membro da
Associação da
Imprensa
Não-Diária

Associação
Portuguesa
da Imprensa
Regional



VOZ



Alunos e famílias encheram o salão d'A Voz do Operário

Natal n'A Voz do Operário

O final de cada ano significa para muitos o fim de um ciclo que se renova em janeiro. É tempo para reflexões e balanços e para quem celebra o Natal é momento de convívio e celebração. O Natal foi vivido, uma vez mais, de forma especial pela comunidade que faz d'A Voz do Operário um corpo vivo. Nos diferentes espaços educativos, os alunos, pais e funcionários celebraram a amizade, a solidariedade e a esperança num mundo melhor. Nas escolas de Lisboa (Graça, Ajuda e Restelo) e da Margem Sul (Baixa da Banheira, Laranjeiro e Lavradio),

alunos, pais e professores juntaram-se para criar as suas festas de Natal. Para as escolas d'A Voz do Operário, as festas de Natal e outras festividades são também momentos importantes para que os alunos possam mais que mostrar, aprender a criar e trabalhar em conjunto. Este é um dos momentos mais aguardados do ano letivo tanto pelas crianças e professores como pelos pais e encarregados de educação.

Mas como A Voz do Operário vai muito para além do ensino, houve também atividades e momentos

especiais com os utentes do Centro de Convívio que fizeram convites endereçados aos utentes de apoio domiciliário para que viessem também à sua festa, o que foi possível para alguns dos idosos com situação de menor dependência.

A solidariedade dos trabalhadores e pais dos alunos d'A Voz do Operário resultou ainda na entrega de cabazes de Natal aos utentes do refeitório social e serviço de apoio domiciliário. Já os trabalhadores dos diferentes setores e espaços da instituição juntaram-se num almoço na Graça.

DEBATE

Centenário do jornal *O Emancipador*, de Moçambique

Numa parceria com o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, A Voz do Operário assinalou no passado dia 14 de Dezembro o centenário do jornal operário e antifascista *O Emancipador*, que se publicou em Moçambique desde 1919 até ser proibido pela ditadura de Salazar em 1937.

Fundado essencialmente por ferroviários e operários gráficos, *O Emancipador* teve um relevante papel não apenas na história do sindicalismo e da luta de classes na cidade de Lourenço Marques (hoje Maputo) mas também na difusão da Revolução Russa e do marxismo.

Ligado inicialmente ao antigo Partido Socialista Português, apresentou uma significativa expressão anarquista e evoluiu para uma simpatia comunista.

Vários dos seus responsáveis e colaboradores estavam na linha da frente da oposição à ditadura em Moçambique, nomeadamente no Movimento de Unidade

Democrática (MUD), em 1945, e nas candidaturas presidenciais de Norton de Matos e Humberto Delgado, em 1949 e 1958. Nomes como Alexandre Sobral de Campos e Joaquim Faustino da Silva, Manuel Alves Cardiga ou Sofia Pomba Guerra.

N'O *Emancipador* colaboraram figuras como Rui de Noronha, militante africano e precursor da moderna poesia moçambicana, José Fernandes Alves, redator d'A *Voz do Operário*, e Mário Castelhana, secretário-geral da Confederação Geral do Trabalho (CGT) - que viria a morrer prisioneiro no campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde.

Além de um debate, o evento incluiu uma pequena exposição e um recital com poesia de Alexandre Sobral de Campos, declamada pelo ator Alexandre de Sousa, e de Rui de Noronha, declamada por sua filha Elsa de Noronha.

Contou com uma importante participação de fami-

liares de algumas das pessoas que fizeram *O Emancipador*.



Dois diretores d'O Emancipador, Joaquim Faustino da Silva e Manuel Cardiga

VOZ

A primeira biografia portuguesa de Karl Marx

Luís Carvalho, investigador

O primeiro livro escrito e publicado em Portugal sobre a vida e obra de Karl Marx surgiu em Outubro de 1930.

O seu autor foi o professor Emílio Costa.

Além de colaborador deste jornal, ele viria a ser diretor escolar d'A *Voz do Operário*. Fez parte de uma série de notáveis pedagogos antifascistas que exerceram esse cargo entre 1929 e 1937, com Adolfo Lima, Mariano Roque Laia e Simões Raposo Junior.

Emílio Costa

Emílio Costa nasceu em 1877 em Portalegre. Foi uma das grandes referências intelectuais do sindicalismo português na primeira metade do século XX. Além de ter integrado a Associação dos Professores de Portugal, precursora da actual FENPROF.

Numa altura que viveu em Paris, chegou a ser secretário do pedagogo catalão Francesc Ferrer, o fundador da "Escola Moderna" que morreu fuzilado pelo estado espanhol em 1909.

Anarquista, Emílio Costa esteve ligado à maçonaria e à carbonária. Foi preso político na monarquia, apoiou a implantação da República, foi dirigente da revista *Seara Nova* e ainda se destacou no Movimento de Unidade Democrática (MUD) contra a ditadura de Salazar.

Faleceu em 1952.

José da Silva Oliveira

O editor que publicou a primeira biografia portuguesa de Karl Marx também merece ser recordado. Antigo operário gráfico, seu nome era José da Silva Oliveira. Nasceu em 1890 na Póvoa do Varzim. Em 1919 ele foi um dos 17 fundadores da Federação Maximalista, estrutura embrião do Partido Comunista Português, ao lado do empregado ferroviário Manuel Ribeiro, do operário metalúrgico António Peixe, e do operário da construção civil Joaquim Cardoso, entre outros.

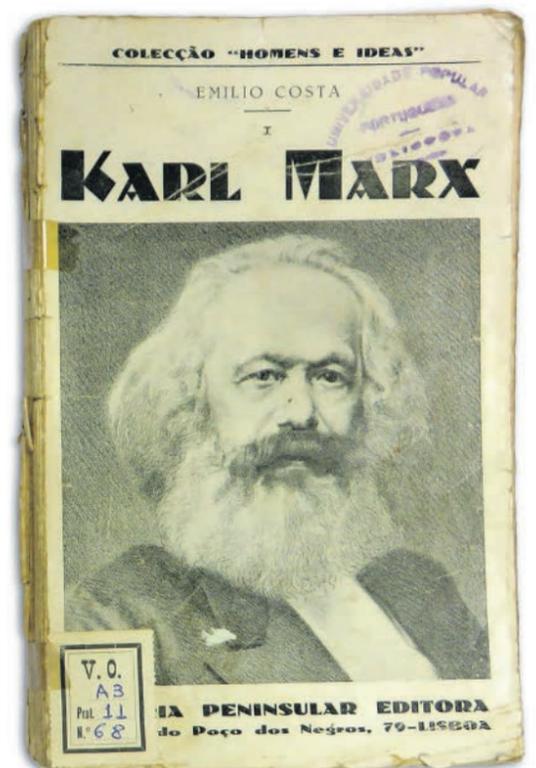
Faleceu em 1948.

Um livro "perigoso"

Simplemente intitulado "Karl Marx", este livro do professor Emílio Costa recebeu na altura elogios pela sua clareza e imparcialidade. Perante a aguda divisão entre anarquistas e comunistas que se verificava no movimento operário português, marcou desde logo uma diferença.

Dos comentários na imprensa da época, destacamos aquele que seria na altura o mais importante jornal sindical português: *O Reduto*, órgão da Federação dos Trabalhadores dos Transportes e Comunicações. Era dirigido por José de Sousa, um dos principais responsáveis pela reorganização de 1929 do PCP, que lançou este partido na resistência clandestina contra a ditadura.

Aludindo que Emílio Costa não era marxista, *O Reduto* apontou que havia neste livro "rebelias naturais de um professor anarquista", mas sublinhou que "por



Emílio Costa (colaborador d'A *Voz do Operário*) e a capa do livro (de 1930)

outro lado encontramos, com abundância, conceitos do autor impregnados de um profundo marxismo".

Já o *Diário de Notícias* considerou que se tratava de um livro "perigoso". E a ditadura militar concordou: acabou sendo apreendido pela polícia nas livrarias de Lisboa...

Marx desconhecido

Historiadores como Alfredo Margarido e António Ventura têm apontado que Emílio Costa revelava um conhecimento muito limitado da obra de Marx. Parece realmente ter-se baseado sobretudo em fontes indirectas, no que outros autores tinham comentado, e não num conhecimento directo.

Ainda assim, Emílio Costa apresentava uma análise com várias semelhanças à de Marcel Ollivier, colaborador do Instituto Marx-Engels em Moscovo, que prefaciou e traduziu para França uma biografia de Marx na mesma época.

Ambos apontaram que o marxismo era muito mal conhecido nos respectivos países. E criticaram por isso os velhos partidos socialistas, apontando que a Revolução Russa é que tinha despertado uma renovada difusão internacional do marxismo.

Grande parte da obra de Marx ainda não tinha sido publicada e não era conhecida de todo. Incluindo livros tão importantes para se compreender o seu pensamento como os *Manuscritos Económico-filosóficos de 1844* ou os *Grundrisse*.

Lénine nunca chegou a conhecer esses textos que denotavam a influência de Hegel, o filósofo que mais marcou Marx. Mas teve uma intuição que o levou, três

anos antes da revolução Russa de 1917, a estudar directamente a dialéctica de Hegel. E foi ao ponto de dizer que ainda nenhum marxista tinha realmente compreendido Marx! (Lénine, *Cahiers sur la dialectique de Hegel*, Éditions Gallimard, Paris, 1967, p.241)

Luta de classes

Onde Lénine pretendia chegar era à crítica do reformismo da 2ª Internacional Socialista. O marxismo tendeu aí a ser lido como um determinismo economicista para quem a transformação social seria uma espécie de herança pacífica do desenvolvimento do capitalismo, menosprezando a luta de classes e a importância da acção consciente e organizada da classe trabalhadora.

Tal como Marcel Ollivier, Emílio Costa também chegou aí.

Criticando as leituras do marxismo demasiado deterministas, o futuro diretor escolar d'A *Voz do Operário* citou uma advertência de Friederich Engels: "a evolução política, jurídica, filosófica, religiosa, literária, artística, etc, assenta sobre a evolução económica. Mas todas elas reagem umas sobre as outras e sobre a base económica". E concluiu com Engels: "não é que a situação económica seja a única causa activa, e tudo o mais apenas um efeito passivo". Embora condicionados por ela, "os próprios homens é que fazem a sua história".

Emílio Costa dedicou a primeira biografia portuguesa de Karl Marx "à memória daqueles, já levados pela morte, que em Portugal consagraram o melhor da sua vida à causa da emancipação dos trabalhadores – dos pobres, dos oprimidos".

ENSINO



PISA com cuidado, é nos meus sonhos que estás a pisar

Sérgio Gaitas, coordenador pedagógico

Estudos internacionais, como o TIMSS, o PISA, o PIRLS ou o TALIS, tornaram-se fortes influências junto dos decisores políticos, dos gestores escolares e da comunicação social. Portugal participa no PISA desde o seu primeiro ciclo em 2000. Até 2012 apresentou resultados abaixo da média da OCDE. Em 2015, os resultados ultrapassam essa média nos três domínios analisados (Literacia Científica, Matemática e de Leitura) e Portugal passa a ser apresentado pela OCDE como um “caso de sucesso”. Os resultados de 2018 parecem confirmar o sucesso. Entretanto, enquanto uns e outros reclamam como seus os créditos pelos resultados, existem um conjunto de indicadores que, por ironia, para além de terem uma consistência comprovada e de não aparecerem nos diferentes meios de comunicação, permitem-nos olhar com mais cautela para o suposto sucesso.

A escola atual tem como único objetivo preparar os alunos para competir por postos de trabalho, no atual sistema capitalista. Aos olhos das políticas de direita qualidade na educação é a sua prostituição: fomentar a submissão e a obediência, promover a disciplina, impedir o aborto, promover a família patriarcal, um currículo fechado, universidade para alguns, etc.

O interesse exclusivo são os resultados a leitura, matemática e ciências. Não entendam mal. A sua importância é evidente. Mas é insuficiente para elaborar quadros de referência para as políticas educativas e para a transformação do mundo.

Uma vez tornados públicos estes resultados convertem-se no principal foco de atenção de todos os atores: governo, gestores, professores, alunos e famílias. Num momento em que o modelo economicista continua a

dar sinais evidentes de falência, sobretudo pelo enfraquecimento do movimento democrático e de cidadania, é preciso sublinhar a importância de conhecimentos, procedimentos e valores sistematicamente esquecidos. As habilidades artísticas, a capacidade de interpretar momentos históricos, fenómenos políticos e sociais, as competências comunicativas, a formação literária, a capacidade de análise crítica, a educação afetivo-sexual, o desenvolvimento psicomotor e as capacidades desportivas. Ou ainda dimensões fundamentais para as sociedades democráticas: conhecimento dos direitos humanos, competências de resolução de conflitos, participação e gestão da vida quotidiana das escolas, capacidade de argumentação, competências de cooperação, colaboração e ajuda, responsabilidade, autonomia, compromisso com a democracia, valores, prioridades na vida.

Creio que ninguém duvida da necessidade de se avaliar os resultados escolares e os sistemas educativos. Mas, mais importante do que se fazer essa avaliação, é preciso saber a serviço de quem é que ela se coloca.

Em 2009 Jacques Hallak e Muriel Poisson denunciam a existência de corrupção nos sistemas educativos. No seu livro *Écoles Corrompues, Universités Corrompues: Que Faire?* podemos encontrar os principais indicadores de um sistema educativo corrupto. Por estranho que pareça, podemos igualmente ser confrontados com alguns destes indicadores no relatório nacional editado pelo IAVE sobre os resultados do PISA (2019). Existem vários. Ilustraremos alguns.

De acordo com o relatório Portugal encontra-se entre os países com maior disparidade económica, social e cultural entre os alunos. Estes dados há muito que são conhecidos e documentados nos relatórios da Comissão Europeia. Vejam-se os relatórios a partir dos anos 2000.

Relativamente aos resultados em leitura, podemos verificar que alunos desfavorecidos têm 3 vezes mais probabilidades de terem maus resultados do que alunos favorecidos (este efeito é maior em Portugal do que nos restantes países de OCDE). Ou, em 10 alunos provenientes de famílias desfavorecidas, apenas 1 tem bons resultados em leitura.

No que diz respeito às expectativas, é alarmante que Portugal seja um dos países em que a diferença entre os alunos mais e menos favorecidos quanto à expectativa de concluir o ensino superior seja mais expressiva. Dito de outra forma, quase todos os alunos dos meios mais favorecidos pretendem concluir o ensino superior, enquanto apenas 50% dos alunos com estatuto socioeconómico mais baixo tem este desejo. Igualmente alarmante, considerando os indicadores já referidos, é o facto de os alunos mais desfavorecidos estarem satisfeitos com a vida, com a escola e com os projetos que têm para o seu futuro. Por este motivo, em vez de expectativas deveríamos chamar adequação de expectativas. Parece que a escola que temos leva os alunos desfavorecidos a considerar que o ensino universitário não é para eles. Mas é assim que deve ser. Não só adequa as expectativas como também os faz ficar felizes com aquilo que lhes é devido. Não há muito tempo a OCDE apelidou o sistema educativo português de *Elevador Social Avariado*. A existência de diferentes percursos académicos não seria grave se o que os distinguísse não fosse a condição económica, social e cultural dos alunos.

Deste modo, parece que estamos perante a utilização das instituições públicas para a obtenção de benefícios privados, com um impacto significativo no acesso, na qualidade e equidade educativa. Aproveitando a forte cultura do Hip-Hop Português: “São velhas lutas com as novas putas que a crise fez” (Sam The Kid).

Uma escola para a cidadania democrática precisa pôr-se em contacto com conteúdos culturais que permitam desenvolver uma compreensão racional do mundo em que vivemos e fazer-se acompanhar de modelos organizacionais participativos, interativos e cooperativos. Pela mão de Dewey lemos que a urna foi concebida para a substituição das balas. Porém, isto nunca será possível sem um verdadeiro projeto educacional para uma sociedade democrática. No ano em que se comemoram os 45 anos do 25 de Abril, 60 anos da Declaração Universal dos Direitos da Criança e 30 anos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças resta-nos perguntar: Que crianças? Que democracia?

PUBLICIDADE



**Antiga Agência Funerária
Domingos & Diniz**

Gerência de João Natividade

**Descontos de 15%
para sócios de A Voz do Operário**

Rua de Sta. Marinha, n.º4, 1100-491 Lisboa
Rua de S. Vicente, n.º34, 1100-574 Lisboa
T. 218 861 649 E. 218 875 213 TM. 919 311 363

HABITAÇÃO



Em 2019, Lisboa foi a cidade europeia onde o esforço salarial para pagar a renda era maior

Desespero da década. Quando a habitação é um luxo

Em várias ruas de Paris, através de expositores publicitários, a imobiliária Green Acres anima os reformados franceses a procurarem casa no 'El Dorado' português. "Camarades, pour notre retraite, allons tous au Portugal!", exclama o cartaz. Em agosto do ano passado, estreou no cinema a comédia *Joyeuse Retraite!* sobre as peripécias de um casal francês que se reformou e decidiu viver em Portugal. Se a sétima arte é também o retrato de uma época, este filme produzido em França mostra o impacto social do êxodo dos reformados franceses para o nosso país.

Bruno Amaral de Carvalho

Meses antes de o filme chegar às salas de cinema, estalou a polémica em França sobre a isenção fiscal que Portugal oferece aos reformados de outros países. De acordo com a *Agência Lusa*, várias opiniões e propostas partilhadas na página Grande Debate - iniciativa do presidente francês para ouvir os cidadãos e promover o diálogo perante os protestos dos coletes amarelos - consideram os franceses que estão a usufruir da isenção fiscal durante 10 anos em Portugal "exilados fiscais" e afirmam que Portugal é um "eldorado" fiscal.

O regime fiscal dos Residentes Não Habituais (RNH) foi criado em 2009 com o objetivo de atrair para Portugal pessoas de rendimentos elevados e profissionais de alto valor acrescentado, oferecendo isenção de IRS aos reformados e uma taxa reduzida de imposto (20%) aos rendimentos do trabalho. "Os exilados fiscais reformados que vivem há seis meses em Portugal e, brevemente, em Itália, continuam a receber a sua pensão dada pelos organismos públicos. É fácil identificá-los. No entanto, eles continuam a vir tratar-se em França gratuitamente apesar de já não contribuírem para o nosso

sistema social. É preciso que paguem os preços reais dos tratamentos médicos que recebem", escreveu um utilizador.

Outra proposta, segundo a *Agência Lusa*, sugeria sancionar quem se muda para Portugal ou outros países que promovem isenções fiscais com um corte de 50% das pensões atribuídas por França. "É preciso fazer pagar de alguma maneira todos os reformados que partem para fugir aos impostos em França, já que como não consomem aqui, o seu dinheiro não volta a entrar na economia francesa. Eles empobrecem a França. É um verdadeiro escân-

dalo e uma prova de grande egoísmo".

Independentemente da validade ou não de alguns dos argumentos em cima da mesa, o facto é que o assunto fez parte da ordem do dia e revela a forma como noutros países é vista a isenção fiscal de que reformados estrangeiros usufruem no nosso país. Os franceses representavam, em 2019, um terço dos 9.589 reformados doutros países que beneficiam deste regime.

A verdade é que, nos últimos anos, com a lei das rendas, implementada por Assunção Cristas, Lisboa e outras cidades do país se tornaram uma verdadeira

bomba relógio com o aumento explosivo das rendas e dos despejos. Milhares de pessoas foram obrigadas a abandonar as suas casas e a procurar alternativas nos arredores de Lisboa provocando um efeito em cadeia com o consequente aumento dos preços dos imóveis também nos subúrbios. Outras medidas, também aprovadas pelo governo liderado pelo PSD, como os vistos gold marcaram o investimento estrangeiro no mercado imobiliário numa demonstração de que politicamente tanto PSD como PS preferem os centros das cidades nas mãos do capital externo. O executivo liderado por António Costa não revogou a lei das rendas e prefere resolver a agonia imobiliária em que vivem milhares de portugueses com medidas muito mais do que insuficientes.

De acordo com a Agência Lusa, o valor da avaliação bancária das casas subiu 8% em novembro. O Algarve e Lisboa foram as regiões com a avaliação mais elevada registada nesse mês, segundo números do INE. O valor médio da avaliação bancária das habitações foi de 1312 euros por metro quadrado (m²) em novembro, um acréscimo de 8% face ao mesmo mês de 2018 e de 0,6% face a outubro.

De acordo com o Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação do Instituto Nacional de Estatística (INE), por regiões, o valor médio da avaliação bancária mais alto em novembro foi registado no Algarve, com 1736 euros/m², seguindo-se Lisboa, com 1631 euros/m².

Em setembro do ano passado, Portugal surgiu novamente no pódio e não pelas melhores razões. Lisboa aparecia como a cidade com maior esforço salarial para pagar rendas na Europa e a sexta no mundo. Segundo o Idealista, uma página especializada no investimento imobiliário, através de dados de um estudo do Deutsche Bank, as famílias portuguesas dedicam grande parte dos seus rendimentos a pagar as rendas das casas onde vivem. Segundo os especialistas, aplicar mais de 30% do salário para este fim coloca em risco a economia doméstica e Lisboa lidera o ranking europeu com uma taxa de esforço superior a 50%.

O VII Estudo do Deutsche Bank 'World Prices 2019' permite fazer diferentes leituras sobre as principais urbes do mundo. Desde o ranking do nível de vida, até informação do salário médio, o preço de uma renda média ou o custo que implica passar um fim de semana de férias. Tendo por base alguns dados deste relatório, pode medir-se, por exemplo, a capacidade de um agregado para pagar a casa onde vive e a sua taxa de esforço salarial, ou seja, a parte de salário destinada à renda. Para isto, foi tomado em consideração o ordenado líquido médio mensal e o preço médio do arrendamento de um apartamento com dois quartos (T2). Ao ser um lar onde podem viver duas pessoas, foi calculada uma taxa de esforço sobre dois sa-



“Camaradas! Na reforma vamos todos para Portugal”

lários completos face ao arrendamento.

Nesse sentido, o estudo concluiu que os habitantes da capital portuguesa têm de dedicar 50,4% do salário para pagar as rendas das casas onde vivem, tendo por base um arrendamento médio de 923 euros. Mas este valor pode aumentar. De acordo com o *Dinheiro Vivo*, com a transição das rendas antigas a acabar, cem mil famílias vão ter de pagar mais, com a exceção dos inquilinos com mais de 65 anos de idade. “No final de 2020 termina o período transitório para o Novo Regime do Arrendamento Urbano, a lei Cristas, o que significa que o senhorio fica com mão livre para arrendar a casa duas a três vezes mais”, recordou ao *Dinheiro Vivo* Romão Lavadinho, presidente da Associação dos Inquilinos Lisbonenses. Em causa está o fim do período transitório do NRAU que teve, entre 2012 e 2017, um primeiro travão à subida das rendas e que, depois de um adiamento por três anos, em 2020, vai permitir uma atualização das rendas aos contratos anteriores a 1990.

Não admira, pois, a corrida às casas com renda acessível que começam nos 150 euros e chegam aos 800 em Lisboa. O programa de Renda Acessível da Câmara Municipal de Lisboa teve quase mil registos só no primeiro dia. Para 2020, a autarquia já anunciou que vai disponibilizar mais casas para o programa - pelo menos mais 250, que estarão prontas a habitar no final do primeiro semestre mas as soluções apresentadas pela autarquia e pelo governo são claramente insuficientes e não resolvem o problema de raiz.

A luta pela habitação em Berlim

Em Berlim, o governo local foi mais longe e aprovou uma medida para congelar as rendas por um prazo de cinco anos, a partir de 2020, em resposta aos protestos dos residentes da capital alemã, onde cerca de 85% da população arrenda casa. De acordo com o *Jornal de Negócios*, em 2015, o governo central já tinha avançado com uma limitação às rendas em algumas das principais cidades da Alemanha, impedindo as rendas dos novos contratos de ultrapassarem em mais de 10% os valores dos contratos anteriores para as mesmas casas.

Desde 2008, cerca de 40 mil residentes saíram de Berlim, num período em que as rendas mais do que duplicaram, de acordo com um estudo do portal de imobiliário Immowelt. O congelamento das rendas só entrará em vigor em 2020, mas terá efeitos retroativos a 18 de junho deste ano, naquela que será uma tentativa do governo berlinense - formado por uma coligação entre o SPD, os Verdes e o Die Linke - de impedir que os senhorios aumentem as rendas antes de a nova regra entrar em vigor.

Mas o governo local foi ainda mais longe e anunciou em outubro que vai investir cerca de 920 milhões de euros para adquirir quase 6000 casas que, em tempos, foram construídas como habitação social, mas que, entretanto, passaram para as mãos de privados e são agora propriedade de uma imobiliária. Esta é mais uma medida drástica para tentar travar o aumento desenfreado das rendas na capital alemã, que, só desde 2017, aumentaram em mais de 20% e desde 2004 subiram qualquer coisa como 120%.

Em abril de 2019, a revolta contra a especulação imobiliária levou milhares de pessoas às ruas de Berlim, num protesto que ficou marcado pela exigência de que a autarquia expropriasse a propriedade dos senhorios que tivessem mais de três mil casas. O objetivo era atacar também o coração da imobiliária *Deutsches Wohnen*, a mais significativa proprietária com cerca de 111.500 habitações na capital da Alemanha, num valor de mercado estimado em 15,2 mil milhões de euros. De acordo com uma sondagem elaborada pelo Instituto Civey, 54,8% dos participantes estava a favor da expropriação. Cerca de 34% rejeitava-a e 10,9% mostrava-se indeciso.

Segundo o *Contacto*, os inquilinos dos edifícios mais famosos da Karl Marx Allee, grande avenida que atravessa Berlim pelos distritos de Mitte e Friedrichshain-Kreuzberg, mobilizaram-se para arruinar os planos da *Deutsche Wohnen*. A empresa pretendia comprar 700 apartamentos em vários dos famosos blocos de arquitetura comunista. Contudo, os moradores forçaram a intervenção das autoridades porque os edifícios estão numa zona de grande pressão imobiliária e, nesses casos, fica salvaguardada legalmente a possibilidade de compra por parte do Estado. Desses apartamentos, 80 vão ser adquiridos pela autarquia que os vai pôr sob gestão da empresa pública WBM. Dos outros 675, cerca de 40% vão passar para as mãos da companhia pública Gewobag. A partir de agora, os inquilinos continuam a pagar a renda que, na verdade, é uma devolução em mensalidades do dinheiro que levou à compra pública dos apartamentos.

CLIMA



Soberania energética e crise climática

O governo português anunciou a antecipação do encerramento das centrais termoelétricas do Pego e de Sines, respectivamente para 2021 e 2023. Fê-lo em nome do combate às alterações climáticas e da necessidade de redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Manuel Gouveia

São incontestáveis as vantagens de substituir a produção de energia obtida pela queima de combustíveis fósseis por soluções de energia renovável – hídrica, eólica, solar, etc. Já a forma e os prazos anunciados devem merecer contestação, sem receios de enfrentar alguma cegueira fundamentalista.

Para termos uma ideia comparativa, registre-se que o objetivo recentemente anunciado pela União Europeia (UE) foi o de parar de construir centrais termoelétricas a partir de 2020, e mesmo assim com a exceção da Polónia e da Grécia, que vão continuar a construí-las. Na Alemanha, detentora de 80 centrais termoelétricas, o mais longe que se admite ir é pelo encerramento destas até 2035.

Dir-me-ão: e há algum problema de darmos o exemplo, de estar no pelotão da frente? Neste caso há, e já se devia ter aprendido com outros pelotões da frente, como o do euro, que nos deixaram amarrados ao carro-vassoura.

Desde logo, as centrais termoelétricas cumprem uma função estratégica no abastecimento de energia ao país e o seu encerramento precipitado levará à sua substituição pela importação de electricidade produzida noutros países, e pelo menos parcialmente, produzida a carvão. Corremos até o risco de abandonar a nossa soberania energética para estar a comprar electricidade a quem depois usará esse dinheiro para comprar a nossa quota no “mercado das licenças de CO₂”. E para o efeito de estufa é exactamente igual se a energia que eu consumo

vem de um central termoelétrica em Sines, Marrocos ou Espanha. Já para a economia nacional, não é bem a mesma coisa.

Sem esquecer outros impactos negativos do encerramento destas centrais, não só sobre os mais de mil trabalhadores envolvidos, mas sobre dois equipamentos industriais do nosso já depauperado aparelho produtivo que terão que ser desmantelados ou reconvertidos. Aliás, é em parte a necessidade de mitigar estes impactos que leva outros países a adoptarem prazos mais largos.

É um facto que as duas Centrais Termoelétricas têm um peso elevado na “produção nacional” de gases de efeito de estufa, estimado respectivamente em 13,5% e 3,6%, mas o sector que mais contribui para essa “produção nacional” de gases de efeito de

estufa é a utilização de automóveis, e não se vislumbram no Programa do Governo quaisquer medidas significativas para acelerar o desenvolvimento do sector ferroviário nacional, única alternativa viável ao transporte rodoviário. Já na Alemanha, está anunciado um programa de investimento público na ferrovia de 86 mil milhões de euros.

Pelo sinteticamente exposto, recomendar-se-ia do governo menos mediaticidade desta questão, menos propaganda, e um estudo mais sério das implicações da antecipação do encerramento destas duas centrais.

Sendo certo que o problema central que o país enfrenta está a montante da questão das centrais termoelétricas. É que sendo a produção, transporte e distribuição de energia eléctrica um dos sectores mais estratégicos da economia nacional, a sua liberalização e privatização retirou ao Estado instrumentos de soberania que agora nos fazem falta.

Com a viagem paga pela EDP - Electricidade de Portugal, vários jornalistas foram a Londres assistir à apresentação do seu mais recente plano estratégico da empresa, num reflexo da deslocação dos objectivos da empresa, comprovado pelo conteúdo do dito plano, que minoriza a importância para a EDP dos investimentos em Portugal (aliás, o plano fala de Ibéria e nem sequer de Portugal, e fala da necessidade de libertar a EDP da excessiva exposição à Ibéria) e valoriza a aposta em mercados que estão a prometer mais altas taxas de rentabilidade, nomeadamente na América do Norte e na Europa além Pirinéus.

A venda anunciada, pela EDP, de um conjunto de barragens, é já consequência dessa estratégia que implica igualmente a alienação da central termoelétrica de Sines que agora o governo pagará para que a EDP a encerre.

O facto de a EDP vir a usar os lucros amassados em Portugal para investir em parques eólicos nos Estados Unidos e entregar os lucros gerados a accionistas chineses, americanos e europeus, em nada contribuirá para a melhoria da vida dos portugueses, excepto no contributo que esse parques eólicos darão à redução da emissão de gases à escala planetária, o que deve deixar muito felizes os bons alunos do costume.

É que com a privatização dos sectores estratégicos é todo um país que é sistematicamente posto a correr atrás de interesses privados. Que a “crise climática” sirva igualmente para percebermos como é importante e urgente recuperar e usar o controlo público desses instrumentos.

IRÃO



Estados Unidos deixam de novo o mundo à beira da guerra

A menos de um ano das eleições norte-americanas, Donald Trump escolheu o caminho da guerra e ordenou o assassinato do General Qassem Soleimani, uma das mais importantes figuras do Estado iraniano.

Na madrugada de 2 de janeiro, vários mísseis atingiram, em Bagdade, os veículos que transportavam o destacado líder militar, responsável pelas derrotas do Estado Islâmico e da al-Qaeda na Síria e no Iraque.

As primeiras informações obtidas do ataque indicavam que Soleimani - comandante da Força al-Quds, unidade de operações especiais da Guarda Revolucionária responsável por missões fora do território iraniano - e Al Muhandis, subcomandante das Unidades de Mobilização Popular, viajavam em dois veículos separados quando foram atingidos.

No domingo, 29 de janeiro, as forças militares norte-americanas tinham morto pelo menos 25 combatentes e ferido cerca de 50 da Kata'ib Hezbollah, uma das milícias que integram as UMP. O último dia de 2019

ficou marcado por violentos protestos junto à embaixada norte-americana em Bagdade que obrigaram à fuga do embaixador. Donald Trump acusou o Irão de fomentar a violência mas Teerão negou qualquer responsabilidade pelos factos ocorridos no país vizinho.

O Pentágono confirmou que o assassinato foi executado com a autorização direta do presidente norte-americano com o objetivo de “dissuadir futuros planos de ataque iranianos”. À imprensa, o Pentágono acusou Soleimani de “desenvolver ativamente planos para atacar diplomatas e membros em serviço dos Estados Unidos no Iraque e em toda a região” e culpou-o pela morte de centenas de norte-americanos e membros da coligação ocidental que intervêm na Síria sem autorização do governo.

Quem foi Qassem Soleimani?

Cresceu no seio de uma família pobre numa aldeia perdida nas montanhas no leste do Irão. Abandonou a escola e começou a trabalhar aos 13 anos como pedreiro. Depois da Revolução Islâmica de 1979, entrou para a Guarda Revolucionária (IRGC). Participou na guerra entre o Irão e o Iraque, durante os anos 80, e foi nomeado comandante da 41.ª Divisão. Uma década depois, assumiu o comando das Forças al-Quds, unidade de elite da CGRI responsável pelas operações especiais no estrangeiro, cargo que ocupava quando foi assassinado.

Qassem Soleimani foi fundamental para a criação de uma resistência no Iraque contra a invasão dos Estados Unidos em 2003. Durante a guerra na Síria com o Ocidente a financiar e a

treinar grupos terroristas para derrubar o regime laico de Bashar al-Assad, para além da Rússia, o Irão, através do Hezbollah e de forças de elite iranianas sob o comando de Soleimani, foi fundamental para derrotar o Estado Islâmico e a al-Qaeda. Operações dirigidas pelo general iraniano impediram que os terroristas chegassem ao poder também no Iraque.

Mohammad Marandi, da Universidade de Teerão, explicou à *Al Jazeera* que o papel de Soleimani na liquidação do Estado Islâmico fez dele “um herói nacional” no Irão e noutros países do Médio Oriente.

Irão promete “dura vingança”

O presidente do Irão, Hassan Rohani, afirmou no sábado, enquanto visitava familiares de Soleimani, que os Estados Unidos “não perceberam o grande erro que cometeram”. A nação norte-americana “verá as consequências do seu erro não só hoje, mas também nos próximos anos”, advertiu o presidente. “Os inimigos da nação iraniana estavam zangados com os esforços e planos do General Soleimani para a estabilidade e segurança regional. Foi por isso que eles o mataram”, disse Rohani.

Rússia e China condenam ataque

A Rússia e a China vão tomar medidas conjuntas para resolver pacificamente os conflitos no Médio Oriente, anunciaram em resposta ao assassinato de Soleimani. Em conversa telefónica, o ministro russo das Relações Exteriores, Sergei Lavrov, e o seu homólogo chinês, Wang Yi, concordaram com a inadmissibilidade do uso da força em violação do direito internacional e insistiram na necessidade de todos os países respeitarem a soberania e a integridade territorial de outros Estados.

Já o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Síria emitiu uma nota em que “condena nos termos mais enérgicos a agressão criminosa dos EUA” que levou à morte de Qassem Soleimani e de Abu Mehdi al-Muhandes e dos demais quadros das UMP – uma organização que recentemente aprofundou com o Exército Árabe Sírio a coordenação das tarefas de controlo e observação anti-terrorista ao longo dos mais de 600 quilómetros de fronteira sírio-iraquiana.

As autoridades sírias sublinham que se trata de uma “escalada perigosa da situação na região” e destacam que as “políticas dos EUA visam gerar tensões e alimentar conflitos nos países” do Médio Oriente, com “o intuito de os dominar e de fortalecer a entidade sionista”, refere a agência SANA.

SEIXAL



O desgaste de coberturas em amianto é potencialmente cancerígeno

Amianto em debate no parlamento

Em outubro e novembro, alunos, professores e pais do Agrupamento de Escolas António Augusto Louro, na Arrentela, Seixal, manifestaram-se, com o apoio da autarquia, contra o estado de deterioração das coberturas de amianto em edifícios e telheiros. A situação na Escola Básica do 2.º e 3.º ciclos do referido agrupamento foi le-

vada à Assembleia da República e deu origem a uma recomendação ao governo pelo grupo parlamentar do PCP.

No parlamento, o governo respondeu que as coberturas de fibrocimento não evidenciavam “desgaste que constitua perigo de libertação de partículas ou perigosidade para a saúde humana”. Em relação à posição do

executivo, os deputados comunistas consideraram tal posição “inaceitável” e acusaram o governo de ignorar propositadamente a realidade, “quando basta percorrer o espaço da escola para se identificar placas partidas e deterioração provocada por fungos e líquenes que se encontram nas coberturas”.

O projecto de resolução da bancada comunista “recomenda ao governo que proceda à requalificação da Escola Básica Dr. António Augusto Louro, no concelho do Seixal” e refere, no seu preâmbulo, ser motivado pela falta de resposta adequada do executivo aos riscos que corre a comunidade escolar daquele estabelecimento de ensino devido ao estado de degradação das coberturas dos edifícios e telheiros, em que “persistem coberturas com amianto”.

Criticando o que consideram uma “desresponsabilização pelas suas atribuições e competências na manutenção e conservação do parque escolar e de garantia da segurança de todos aqueles que todos os dias estão na escola”, os comunistas propuseram à Assembleia da República que aprovasse uma recomendação ao governo para que este “proceda prioritariamente à remoção das coberturas que contêm amianto na Escola Básica de 2.º e 3.º ciclos Dr. António Augusto Louro, dando assim cumprimento à legislação em vigor”, e “avance com obras de requalificação” da referida escola, “de forma a que possa ser dotada das condições adequadas de funcionamento”.

De acordo com o *AbrilAbril*, quase três décadas depois, as instalações escolares evidenciam a necessidade de realização de obras de requalificação do edifício, dando prioridade à remoção das coberturas com amianto, do campo de jogos e do espaço de logradouro.

A situação a que chegou este estabelecimento escolar revela, segundo os deputados do PCP, “o desinvestimento na Escola Pública prosseguido por sucessivos governos” e que “o actual governo insiste em não tomar as medidas eficazes para a resolução dos problemas identificados”.



...entre uma imposição e a realidade

Mais uma vez vem à baila o tema da Regionalização. Recorde-se, a propósito, a origem da palavra região – vem do latim (*regio, -ōnis*) e, no Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, José Pedro Machado acrescenta ao significado de zona, território ou terra os “do lado oposto” ou “de linhas imaginárias traçadas no ar com a vara augural”.

Em sentido mais lato se poderá dizer que o vocábulo se refere a sítios e a gentes que se regem pelas mesmas leis, normas ou costumes.

Implícitas em quaisquer definições parecem estar as noções de fronteiras e diferenciações, muito embora a

realidade mostre que há regiões que ignoram separações políticas e extravasam de um país para o outro.

Um estudo no âmbito do Planeamento Territorial efetuado na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa aponta para um número quase ilimitado de manchas de carácter regional em que é possível dividir o país:

Regiões naturais (geológicas, orográficas, hidrográficas, climáticas, fito-climáticas) a par das que o Homem desenhóu sobre aquelas, sejam as relacionadas com a humanização do território (tipos de povoamento, densidades de ocupação, divisão da propriedade, relações no trabalho...), sejam as comportamentais (religiosidade, criminalidade, hábitos ou fidelidade eleitoral), sejam as relacionadas com a saúde (que possam explicar, por exemplo, as razões pelas quais o suicídio marca de forma tão dramática algumas zonas do meridiano português...), ou sejam, ainda, as que resultem de um olhar que se lance sobre a repetência, o abandono escolar e as suas causas.

E se for entendido que uma região é um lugar geométrico de problemas e hipóteses de solução, ressaltam de imediato as dificuldades de tudo encaixar em limites rígidos pré-estabelecidos e impostos.

Acrescente-se que Portugal deve a sua unidade territorial e política (a par de uma notável diversidade geográfica) ao equilíbrio conseguido entre o Poder Central e o Poder Local, caldeado por muitos séculos de História.

Imagine-se um Município situado em qualquer das manchas em que a geografia clássica divide o país: o Interior, de influência continental, o Norte atlântico, o Sul me-

diterrânico e um litoral que percorre estes dois últimos.

É fácil verificar que a sua vida, para além de fatores endógenos, influencia e é influenciada por tudo o que está à sua volta e a todas as escalas e é, portanto, natural que partilhe com os circunvizinhos todos os potenciais fatores vivificantes:

Com uns partilhará o saneamento básico; com outros ou com os mesmos, as questões energéticas; com todos as questões de prevenção e segurança; com mais aquele os programas do turismo, sem falar dos sistemas de transportes, sejam eles públicos, escolares ou hospitalares.

Anotem-se os aspetos relacionados com a cultura e a preservação e valorização patrimonial:

Aí, também, as manchas não reconhecem limites administrativos ou políticos impostos pois é bem verdade que o cante se ouve por muitos concelhos, o Geopark da Estrela ocupa serranias de muitos outros e a dieta mediterrânica tem no nosso país raízes históricas e geográficas distantes.

E, assim, será de uma variável conjugação de interesses, emanada do Poder Local e com base na figura de associações de municípios, que poderá surgir uma verdadeira e democrática regionalização.

Seria uma regionalização “de geometria variável” evolutiva e eleita, nascida pela vontade popular e harmoniosamente compatível com o desenvolvimento global do país

...e viva o Municipalismo!

Francisco da Silva Dias

Transportes públicos



Uma imagem vale mais que 1000 palavras

É vulgar dizer-se que uma imagem vale mais que 1000 palavras e a que juntamos fala por si.

Trata-se da estação do metro no Cais do Sodré, num dia normal a uma hora normal.

Se ampliassem a fotografia poderiam concluir pela leitura do dispositivo onde corre a informação, que são 8 horas e 34 minutos.

O mesmo dispositivo não noticia qualquer perturbação em qualquer das linhas.

A situação é conhecida, não só pelos milhares de pessoas que diariamente a sofrem, mas também pelos responsáveis pelas medidas que levem à sua alteração. Porém, o tempo passa, as decisões não são tomadas, a oferta não responde ao aumento da procura e a situação é a que podemos constatar.

É preciso admitir trabalhadores, mas continuam praticamente bloqueadas as entradas, havendo apenas como recurso o trabalho precário, o que é difícil nalgumas profissões.

Os meios para recuperar o material circulante são insuficientes.

Sem comboios disponíveis para circular e sem os trabalhadores necessários ao funcionamento do sistema não há declarações de intenções para a comunicação social que faça milagres, particularmente quando a proposta de Orçamento de Estado vai em sentido contrário.

Basta de palavras. Fica a imagem.



Rego Mendes

TRANSPORTES



Populações questionam o governo sobre decisão da Transtejo

Transtejo atrasa compra de novos barcos

As Comissões de Utentes de Transportes de Almada, Montijo e Seixal questionaram António Costa através de uma carta aberta sobre a informação de que a Transtejo anulou o concurso, anunciado em fevereiro, para a compra de barcos movidos a gás natural, noticiou o *AbrilAbril*.

A abertura de um novo concurso, agora para navios com propulsão elétrica, está prevista para o início do próximo ano, mas os utentes alertam num comunicado que tal vai implicar um atraso de 12 meses na chegada dos primeiros barcos, “agora apontada para 2022”.

Os utentes dizem ainda na missiva que querem saber o que fez o executivo para dotar a Transtejo e a Soflusa de meios para garantir que o serviço público não volta a ser interrompido, nomeadamente quantos trabalhadores foram contratados e que verba foi destinada ao setor da manutenção, tendo em conta que a grande maioria

da frota das duas empresas é composta por navios com mais de 20 anos de serviço.

“Estas questões são colocadas num momento em que os dados mais recentes indicam que o volume de passageiros no transporte fluvial subiu, levando os utentes a recear que as interrupções do serviço possam ter graves impactos na vida de todos aqueles que necessitam diariamente de atravessar o rio Tejo”, lê-se na nota citada pelo *AbrilAbril*.

Outra questão que preocupa a Comissão de Utentes do Cais do Seixalinho (Montijo), a Comissão de Utentes de Transportes do Seixal, a Comissão de Utentes de Transportes da Margem Sul (Almada) e o Movimento de Utentes de Serviços Públicos (MUSP) prende-se com as coberturas com amianto nos cais de embarque de Cacilhas, Barreiro, Trafaria e Porto Brandão, exigindo a sua rápida substituição.

ODIVELAS

População quer regresso de lar público

Oito anos depois da privatização da gestão do lar público para idosos em Odivelas e três depois do seu encerramento, o Grupo de Cidadãos pelos Seniores de Odivelas (CiPSO) recordou, numa nota à população, que o concelho teve em funcionamento um lar de idosos de natureza pública durante 41 anos. Gerido pela Segurança Social até 2011, data em que a gestão passou para a alçada da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, encerrou em 2016, sem alternativa e com o consentimento da autarquia sob presidência do PS.

“Odivelas ficou a partir dessa altura sem resposta pública nesta área e não é conhecida qualquer medida

para repor esta exigência social no Município», denunciou o CiPSO. No abaixo-assinado, que já recolheu 4500 assinaturas, o grupo de cidadãos reclama a instalação de uma estrutura residencial para a população sénior no Mosteiro de Odivelas, entretanto cedido à Câmara Municipal, e que o governo, através da Segurança Social, assegure o financiamento necessário à adaptação do espaço, de acordo com as regras estabelecidas.

O CiPSO frisa que são mais de 23500 pessoas, com 65 ou mais anos, que se deparam com a escassez de soluções na rede solidária, já que as instituições existentes no concelho de Odivelas só dão resposta a cerca de duzentas.

ECONOMIA

CGTP-IN chumba proposta de Orçamento



O Orçamento do Estado (OE) proposto pelo governo “está longe de corresponder às legítimas expectativas dos trabalhadores e da população”, divulgou a maior central sindical portuguesa em comunicado. A CGTP-IN considerou “ridículas e insultuosas” as atualizações salariais previstas no documento para os trabalhadores da Administração Pública considerando que “fazem tábua rasa dos 10 anos em que não tiveram qualquer aumento salarial”. No que diz respeito às pensões, a organização afirma que os valores em cima da mesa são tão baixos que “não permitem sequer repor o poder de compra dos pensionistas”. A falta de avanços na proteção aos desempregados e na progressividade do IRS são outros pontos que merecem a crítica no documento. A CGTP-IN refere ainda que aumenta pressão dos impostos indiretos sobre quem tem menos rendimentos.

A proposta de OE para 2020 entregue pelo governo aos diferentes grupos parlamentares está estruturado em torno de quatro eixos centrais: contas públicas certas e equilibradas, reforço do Serviço Nacional de Saúde, reforço da proteção social na perspectiva de redução das desigualdades e de combate à pobreza e resposta ao desafio demográfico através da promoção da natalidade e inserção dos jovens num mercado de trabalho mais competitivo e mais qualificado.

Contudo, a CGTP-IN considera que a proposta se centra sobretudo na preocupação do equilíbrio das contas e da dívida “do que em qualquer outro aspeto”. Aliás, a central sindical destaca o ênfase com que é colocado o facto de se obter um excedente orçamental, “classificado como histórico e aclamado como acontecimento extraordinário”. Para a organização, o excedente “não vai ter grande impacto na vida dos portugueses nem no desenvolvimento do país”, uma vez que “não vão ser aplicados em investimentos económicos e sociais, de que o país tanto precisa”.

Apesar das promessas do governo, a análise sindical à proposta de OE para 2020 considera que o investimento

público fica muito aquém das necessidades. É assim na saúde, “depauperado a todos os níveis”, que, de acordo com a CGTP-IN, “precisa de um investimento maciço em equipamentos, materiais e recursos humanos, para além de novas respostas para uma população envelhecida e de grande aposta em inovação face aos avanços da ciência e da técnica que estão a gerar novos processos de cura e medicamentos cada vez mais dispendiosos”.

Sobre o anunciado reforço da proteção social para combater as desigualdades e a pobreza, a central sindical considera que se “fica mais pelas promessas do que pela realização prática”. Um aumento “muito insuficiente” das pensões, “vagas promessas” de novo aumento extraordinário das pensões mais baixas e aposta maior no Complemento Solidário para Idosos, prestação de solidariedade, “em substituição de medidas dirigidas à alteração das regras de atualização anual das pensões de modo que os pensionistas não registem perdas sucessivas do seu poder de compra” são algumas das conclusões da central sindical.

Na análise às propostas do governo para inverter o envelhecimento do país, a CGTP-IN diz que são manifestamente insuficientes. A estrutura sindical considera que o anunciado aumento da dedução fixa por dependente a partir do terceiro filho vai na realidade abranger um número muito limitado de famílias, já que para beneficiar dela é necessário ter dois filhos ambos com menos de 3 anos de idade e a dedução só se aplica ao segundo”. Em relação ao aumento do abono de família, o documento sindical entende que é “muito insuficiente” para as necessidades das famílias, traduzindo-se em mais um “tímido avanço”, que abrange apenas as crianças mais novas, agora até aos 6 anos. Já a conciliação da vida profissional com a vida familiar, tão importante para a promoção da natalidade, na ótica da CGTP-IN, não merece referências significativas. “Como o não merece a garantia da estabilidade do emprego, a subida dos salários e a regulação

dos horários de trabalho, condições fundamentais para a decisão de ter filhos”, diz o documento que termina avaliando negativamente a proposta de OE para 2020. “Não estamos perante um orçamento de continuidade, como o governo se tem esforçado por fazer crer, mas sim perante um orçamento muito mais virado para a contenção da despesa e a obsessão de um excedente orçamental”.

O que é o Orçamento do Estado?

Todos os anos, o governo apresenta à Assembleia da República uma proposta de Orçamento do Estado (OE). Nele constam as linhas mestras para governar o país. O OE é, portanto, um instrumento de gestão que contém uma previsão discriminada das receitas e despesas do Estado, incluindo as dos fundos e serviços autónomos e o orçamento da segurança social. O documento é da iniciativa exclusiva do governo e deve ser apresentado à Assembleia da República, sob a forma de proposta de lei. O debate desta iniciativa está sujeito a um processo legislativo especial. É no OE que o governo apresenta a sua política económica para o ano seguinte. São indicadas as medidas que pretende implementar, como, por exemplo, mudanças nas prestações sociais ou nos impostos cobrados a famílias e empresas. É também o OE que autoriza a Administração Financeira a cobrar impostos e realizar despesas.

São as despesas que garantem o funcionamento da administração pública, ou seja, o dinheiro que o governo tem para pagar os salários dos funcionários públicos e de tudo aquilo que o setor do Estado precisa para trabalhar. Mas é também o OE que prevê as verbas a gastar, por exemplo, em estradas, pontes, escolas, hospitais, bibliotecas. Para tal, o documento deve contemplar também as receitas públicas que é o dinheiro que entra no Estado através de impostos, rendas, lucros e venda de património.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Trabalhadores exigem aumentos



O protesto está marcado para o último dia do mês

A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (CGTP-IN) aprovou a realização de uma manifestação nacional em Lisboa em 31 de janeiro. Em causa está o aumento de salário de 90 euros para todos os trabalhadores, reivindicação de que a estrutura sindical não abdica, por oposição aos 0,3% propostos pelo governo, que se traduzem, no caso dos assistentes operacionais, em cerca de dois euros mensais.

“A ação de luta que a Frente Comum acaba de aprovar é uma manifestação nacional que vai trazer a Lisboa milhares de trabalhadores dos sindicatos da Administração Pública”, começou por dizer Ana Avoila, líder da Frente Comum, em declarações aos jornalistas transmitidas pela RTP3, acrescentando que começará às 14h30 no Marquês de Pombal e que vai haver “naturalmente pré-aviso de greve” por parte de muitos dos sindicatos.

A líder da Frente Comum já tinha dito que a proposta do Executivo era “um insulto” e abandonou mesmo a mesa das negociações. “Não concordamos com a forma como o governo fez este simulacro de negociação.

Enviou uma convocatória impondo um calendário de duas reuniões. E dá-se logo ao luxo de ser ele a marcar a negociação suplementar. Nós não aceitamos intromissões nos direitos que são dos sindicatos”, explicou a sindicalista aos jornalistas, à saída da breve reunião com o executivo.

A Frente Comum não desiste da reivindicação de aumentos salariais na ordem dos 90 euros para todos os trabalhadores do Estado, defendendo que o governo tem “muito dinheiro” para responder às expectativas dos sindicatos, mas que “a opção e a prioridade do governo não são os trabalhadores”.

“Só o dinheiro que vai dar para os grandes grupos económicos em isenções fiscais, o dinheiro que vai dar em aquisições de serviço para contratar os amigos e continuar no rumo de contratar fora em vez de contratar trabalhadores. Só o dinheiro que vai pagar em juros da dívida e que vai fazer em cativações. Só o dinheiro que vai dar ao Novo Banco que já é recorrente. Então não há? Claro que há. Há muito dinheiro”, exemplificou Ana Avoila.

PENSÕES

Reformados consideram aumentos insuficientes

A União dos Sindicatos de Lisboa (USL/CGTP-IN) e a Inter-Reformados de Lisboa realizaram um protesto a 19 de dezembro, a partir do Largo Trindade Coelho (Largo da Santa Casa), contra “as inaceitáveis atualizações de pensões e salários apresentadas pelo governo do PS”. Os reformados e trabalhadores deslocaram-se, em protesto, até à Rua do Carmo, informaram em nota à imprensa.

Com o lema “Não queremos caridade, queremos dignidade!”, os reformados lembraram que a proposta de

aumento é de 0,8% até 878 euros e 0,3% até 2688 euros. Estes valores previstos, a serem aplicados, dariam às pensões de 350 euros um acréscimo de 2,80 euros mensais, às pensões de 650 euros, 5,20 euros, às de 878 euros, sete euros mensais e às de 900 euros, 2,7 euros.

Na nota, reformados e trabalhadores sublinharam que esta proposta é “inaceitável” e lembram que um quinto dos idosos vive em risco de pobreza ou exclusão social. “Só com melhores salários e melhores pensões se combate a pobreza e se pode viver melhor”, destacaram.

VACINAÇÃO

Mais três vacinas disponíveis

A Assembleia da República aprovou, com o voto contra do PS, uma proposta de alteração ao Orçamento do Estado para este ano, apresentada pelo PCP, no sentido de incluir as três vacinas no Plano Nacional de Vacinação (PNV), permitindo que estas passem a estar disponíveis, sem custos, para todas as crianças, ao contrário do que acontece atualmente.

De acordo com o *AbrilAbril*, o pedido dos comunistas já tinha sido ouvida na Assembleia da República, em junho deste ano, a Sociedade Portuguesa de Pediatria (SPP), que reiterou a sua posição quanto aos benefícios destas vacinas, tendo o seu representante sublinhado que o que está em causa “não é uma apenas uma questão de preço, mas sim uma questão de valor” no que respeita à prevenção de algumas destas doenças junto de bebés e crianças.

Segundo a SPP, a meningite B é uma doença rara que pode ser fatal e acaba todos os anos por provocar a morte de duas a três crianças. Sobre o rotavírus (o vírus que provoca gastroenterites), a mesma entidade considera a vacina muito eficaz para os casos em que se contrai esta doença de forma grave. Aliás, já são conhecidos no nosso país os efeitos positivos desta vacina, com uma significativa redução da incidência da doença abaixo de um ano de idade, porque mais de 50% das famílias acabam por vacinar os filhos, a custo próprio.

Quanto, ao HPV, que protege nomeadamente contra o cancro do colo do útero e que era apenas administrado a raparigas, a importância de alargar esta vacina aos rapazes é significativa, segundo a SPP, considerando a necessidade de melhorar a imunidade de grupo.

Os custos destas vacinas, sem comparticipação, rondam os 600 euros por criança. A vacinação completa contra o rotavírus custa cerca de 150 euros, contra o HPV para rapazes o custo situa-se entre os 72,45 e os 145,33 euros e, no caso da meningite B, os custos andam entre os 200 e os 300 euros.



HANDLING

70% de adesão à greve nos aeroportos



Trabalhadores exigem cumprimento dos acordos

Durante três dias, os trabalhadores da Portway protagonizaram uma greve que paralisou quase totalmente o *handling* nos aeroportos nacionais em luta contra o incumprimento do descongelamento de carreiras, como acordado, e contra o corte de direitos. “Têm-se mantido atrasos nos voos, até porque a sua rotação começou logo a ser afetada pelas primeiras saídas da manhã e pelas primeiras chegadas da manhã, a partir daí, até quando os próprios aviões regressavam a Portugal já vinham com cerca de uma hora de atraso”, disse à Lusa Fernando Simões, dirigente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Aviação Civil (SINTAC), no último dos três dias da paralisação que começou a dia 27.

O nível de adesão à greve nos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro e Funchal manteve-se assim nos 70%, o valor registado durante a manhã, acrescentou.

O SINTAC, em comunicado aquando do pré-aviso de greve, indicou que decidiu avançar para a paralisação porque a empresa, “através dos seus administradores pertencentes ao grupo Vinci, não cumpriu o devido descongelamento de carreiras no passado mês de novembro conforme tinha assinado em 2016”.

De acordo com a Lusa, o sindicato referiu que, “como se ainda não bastasse”, a empresa “começou a cortar abonos sociais e direitos adquiridos por todos os seus trabalhadores ao longo de 20 anos, não reconhecendo assim “todo o esforço dos trabalhadores”, “com um único objectivo, o de não baixar os seus lucros a fim de poder encher ainda mais os cofres do grupo Vinci”.

Questionado sobre o balanço da greve efetuado pela ANA - Aeroportos de Portugal, que disse que o impacto da paralisação estava a ser “reduzido” em Lisboa e que

não era assinalável no Porto, em Faro e no Funchal, o dirigente sindical considerou tratar-se de “um grande contrassenso”.

“O impacto reduzido de que a ANA fala em parte é um grande contrassenso quando a mesma tem no seu ‘site’ um aviso que, derivado à greve decretada pelo SINTAC, existirão possíveis constrangimentos e aconselha os passageiros a contactar as companhias”, disse Fernando Simões.

Além disso, continuou, “na aerogare, a informação que a ANA está a dar nos ‘placards’ não está certa, não bate certo com aquilo que muitas vezes acontece na informação dos atrasos dos voos no seu ‘site’ na Internet”.

Greve às horas extraordinárias

Terminada esta paralisação, começou uma nova no primeiro dia do ano, desta vez ao trabalho suplementar, ao banco de horas e aos dias de folga em que os funcionários são chamados a trabalhar. Apesar de se esperar um impacto distinto, porque é uma greve parcial, o sindicato entregou um pré-aviso que permite manter o protesto durante três meses, até 31 de março, caso o impasse entre o sindicato e a Portway continue.

Pelo pré-aviso de greve são abrangidos todos os funcionários da Portway que prestam assistência em terra nos quatro aeroportos. Serão cerca de dois mil, divididos em três categorias profissionais: a carreira técnica (subdividida nas categorias de especialistas, técnicos e assistentes); a carreira operacional (os operadores de assistência em escala e os técnicos de tráfego) e a carreira de manutenção (técnicos e assistentes de manutenção).

A VOZ dos livros



Humberto e a Rosa, de Leandro Ceia

Leandro Ceia, um dos vários pseudónimos utilizados por um Autor de empenhada, profícua versatilidade, tendo a sua obra, publicada desde 1993, abarcado o conto, a intervenção política, a novela e o teatro, disseminando nela vastas referências aos seus pares, como manifesto amante da Literatura, aos quais tece rasgados elogios.

É o próprio autor que, no livro *Contar em Resposta*, em modo pessoano, nos revela como lhe surgiu “a personagem” Leandro Ceia: *Nesta aventura da escrita a que me lancei, aparecem fenómenos interessantes. Um deles foi que, ao sonhar com Frederico Engels, por ocasião do 120º. aniversário da sua morte, não é que ele, esse grande homem, personagem do meu sonho, ao convidar-me para sua casa, a conhecer a companheira, Mary Burns, a operária, não deu nome ao autor que sonhava? «Esta noite Leandro ceia connosco!» Foram estas as palavras. Não foi extraordinário?*

De Leandro Ceia chega-nos agora um livro inesperado, mas oportuno. Num tempo em que grupos neo-fascistas começam de novo a mostrar a sua hedionda face, unindo-se em torno dessa figura sinistra que foi António de Oliveira Salazar, esta peça de teatro sobre um dos seus mais corajosos opositores, o general Humberto Delgado, diz-nos desse seu épico percurso e da resistência heróica ao fascismo, que condenou ao exílio, ao degredo e à morte centenas de compatriotas nossos, ao mesmo tempo que sujeitava todo um povo à miséria, à fome e à ignorância.

Humberto Delgado, pelo seu protagonismo neste combate desigual – de um lado a dignidade, do outro a ignomínia -, foi uma das vítimas do Ditador, e, por essa circunstância, tornado símbolo da luta contra um regime criminoso e inumano.

A peça de Leandro Ceia, *Humberto e a Rosa*, traça o percurso do *General Sem Medo*, desde a farsa eleitoral de 1958, durante a qual Delgado pronunciará a frase que o condenará à morte, *Obviamente, demito-o*, até ao seu assassinato pela PIDE, em terras de Espanha, em 1965. Dividida em 3 actos, este texto dramático reflecte sobre esse tempo de todas as vergonhas, despertando-nos para os perigos do populismo soez que trombeteia o regresso a esse passado sombrio de violência e miséria.

Um grande texto, assim as nossas companhias teatrais estejam atentas e cumpram a sua mais profícua função na polis: um teatro, como queria Brecht, *que jogue inteiro pela justiça* ou, como advogava Piscator, *um teatro inscrito na realidade política e social do seu tempo*. Como o é este texto.

Humberto e a Rosa, de Leandro Ceia. Ed. Colibri/2019

Domingos Lobo

ETNOGRAFIA



Consagrados Caretos de Podence. E os outros?

António Morais, sociólogo

Recentemente os *Caretos de Podence* e o evento carnavalesco a eles associado foram consagrados como Património Imaterial da Humanidade pelo UNESCO, após a submissão de uma candidatura subscrita pelo Governo Português, com o envolvimento das autarquias locais - Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e Junta de Freguesia de Podence.

Tal reconhecimento provocou sentimentos de júbilo na região, particularmente nas populações envolvidas, e no país. Não é motivo para menos, pois os eventos em causa marcam ainda momentos importantes na vida das comunidades locais.

Com efeito, este evento insere-se na realização de festividades que abrangem um período de inverno, com

incidência generalizada em torno do período do natal/dia de reis, estendendo-se ao Carnaval, e que ainda têm lugar em cerca de 30 localidades da parte nordeste da região de Bragança, e também para lá da fronteira portuguesa. Com origens pagãs em comunidades agro-silvo-pastoris, incorporaram posteriormente a componente religiosa católica com as festas em honra a Santo Estevão - jovem mártir da cristandade, sendo então designadas de *Festas dos Rapazes* ou de *Santo Estevão*.

É inegável o impacto para as comunidades envolvidas, pois, não obstante factores de modernidade que alteram o seu carácter tradicional, elas continuam a ter lugar e a mobilizar participantes, uma vez que dão resposta a necessidades do viver das comunidades e seus elementos. Daqui se destacam os factores de reafirmação de elementos de identidade e pertença, onde rituais de passa-

gem propiciam protagonismo a jovens com aspirações ao estatuto de adulto. Outra característica associada a estes eventos são os excessos de comida, bebida, a violação e a alteração da norma e as catarses traduzidas na crítica social dos *podres* do ano, expressa publicamente e declamada em jeito de verso ou texto apropriado. No entanto, sublinha-se a ocorrência de particularidades de cada localidade, traduzidas, por exemplo, na *corrida da rosca* (prova atlética) e também a *galhofa*, que tem lugar em Grijó de Parada e Parada, e que consiste em luta corpo a corpo entre dois jovens - rituais ilustrados no filme pioneiro do designado cinema etnográfico, *Festa, Trabalho e Pão em Grijó de Parada*, de Manuel Costa e Silva.

Como já referido, a modernidade coloca várias questões que obrigam a uma ponderação, nomeadamente nas considerações sobre conceitos em torno de *cultura*. Com efeito, as novas realidades propiciam e estimulam a alteração dos contextos em que estes eventos se movem, desde logo o lugar e o tempo, traduzido, por exemplo, no facto de os Caretos de Podence - não sendo caso único - participarem em inúmeras iniciativas culturais, recreativas e até políticas, noutra lugar e noutra tempo para além do Carnaval em Podence. Também os protagonistas, outrora exclusivamente homens e do lugar, envolvem hoje novos agentes, incluindo mulheres.

Facto é que há uma transversalidade, quase unidade, que une estes vários ritos das *festas de inverno*. Assim, parece legítima a questão sobre a pertinência desta candidatura ser complementada com um consequente e lógico alargamento aos eventos e lugares em referência, uma vez que estes partilham a mesma génese, transportando também um carga simbólica importante e atuante, ainda nos dias de hoje. Não é por isso de estranhar que, neste momento, as outras populações directamente abrangidas, se questionem sobre a razão restrita desta candidatura e a consequente inevitável marginalização sócio-cultural que opera. Independentemente das especificidades em causa, ninguém consideraria razoável, a título de exemplo, que a consagração do Fado distinguisse o de Alfama em detrimento do da Mouraria, ou que a do Cante Alentejano especificasse o da Vidigueira, mas não o de Aljustrel.

Sugestões culturais:

Deixem passar o Homem Invisível
de Rui Cardoso Martins



O segundo romance do escritor, agora reeditado pela Tinta da China, acompanha a atribulada viagem de um homem - cego desde os oito anos - e de um pequeno escuteiro por uma Lisboa subterrânea, depois de uma enxurrada os empurrar para uma caixa de esgoto, onde têm de lutar pela sobrevivência.

À procura do ó-ó perdido
Casa do Coreto



Um bebé adormece no pequeno jardim. Durante o sono, um passarinho apodera-se do seu ó-ó branco e macio e leva-o para longe no céu. Quando acorda, o bebé não fica nada contente. Propõem-lhe outros ó-ós, mas um ó-ó não se substitui. Com a ajuda do ar, da água, do fogo e do contador de histórias, o bebé, depois de várias aventuras, reencontra o seu querido ó-ó.

Sopro
Teatro Joaquim Benite



Almada recebe a peça de Tiago Rodrigues, onde a protagonista é Cristina Vidal, ponto do D. Maria II há mais de 25 de anos. Neste espectáculo, esta guardiã de uma profissão em vias de extinção aparece pela primeira vez sob os holofotes, acompanhada por cinco actores e centenas de fantasmas. Consigo são evocadas as histórias reais e ficcionais de um teatro agora em ruínas. Que teatro habita a sua imaginação e a sua memória?

Coppélia, Royal Opera House
CCB



Dia 21 de janeiro o CCB transmite em diferido Coppélia, um espectáculo clássico da história do ballet, na versão coreografada por Ninette de Valois. Uma história de amor, tropelias e bonecas mecânicas. A coreografia bastante complexa e intrincada, acompanhada pela belíssima música de Léo Delibes, exhibe o rigor técnico e o timing humorístico dos bailarinos do Royal Ballet.

MEMÓRIA

A fuga que abalou o fascismo foi há 60 anos



Forte de Peniche

Foi a 3 de janeiro de 1960 que teve lugar a mais célebre das fugas de uma prisão portuguesa durante a ditadura. Escaparam do cárcere dez destacados dirigentes e membros do PCP, então na clandestinidade: Álvaro Cunhal, líder histórico deste partido, Carlos Costa, Francisco Martins Rodrigues, Francisco Miguel, Guilherme Carvalho, Jaime Serra, Joaquim Gomes, José Carlos, Pedro Soares e Rogério de Carvalho.

Esta evasão, que contou com a colaboração de José Alves, cabo da GNR, do corpo de segurança externo às instalações prisionais, exigiu longa preparação e rigorosa disciplina. A fuga obrigou à execução de um plano prévio, que começou por estudar todas as hipóteses e sobretudo o trajeto entre as celas e a muralha. Iniciou-se em 3 de janeiro, depois do jantar, com os presos Guilherme Carvalho e Carlos Costa a imobilizar um guarda prisional e a pô-lo a dormir com um lenço embebido em éter. Os 10 fúgitivos começaram a sair, um a um, debaixo do capote do GNR, que colaborou com os presos, e que os levava até à muralha, de onde desceram para o exterior. Lá fora, esperavam três automóveis que os transportaram para longe. Fator igualmente decisivo para o êxito da fuga, foi o silêncio colaborante dos populares na rua que se deram conta da sua realização e não denunciaram o que se estava a passar.

De Peniche, tinham fugido já, em 3 de novembro de 1950, Jaime Serra e Francisco Miguel e, quatro anos depois, em 17 de dezembro de 1954, António Dias Lourenço.

Jerónimo de Sousa, secretário-geral do PCP, afirmou que a fuga de dez comunistas há 60 anos da sinistra prisão salazarista existente na Fortaleza de Peniche abriu “uma fenda na muralha do fascismo” e reforçou o partido. Na sessão evocativa dos 60 anos da fuga de Álvaro Cunhal e outros nove camaradas da Fortaleza de Peniche, nesta cidade do distrito de Leiria, Jerónimo de Sousa referiu, de acordo com a *Agência Lusa*, que a fuga foi “em primeiro lugar uma grande vitória” do PCP, com um “notável reforço do partido”.

Essa “nova dinâmica” refletiu-se na jornada de luta do 1º de Maio de 1962, em lutas como a da conquista das oito horas de trabalho, no funcionamento da Rádio Portugal Livre, também em 1962, e na organização do VI Congresso do partido. “Mas foi muito mais do que isso. Foi como que abrir uma fenda na muralha do regime fascista”, reconheceu o líder dos comunistas. O enfraquecimento do regime ditatorial e a reorganização do PCP, acrescentou, “criaram as condições para a Revolução” de 25 de Abril de 1974.

O secretário-geral do PCP intervinha na iniciativa de celebração do 60.º aniversário da fuga que mobilizou centenas de pessoas. Jerónimo de Sousa recordou que graças ao regresso à liberdade destes dirigentes comunistas, foi possível retificar a linha política do partido “corrigindo o desvio de direita que se verificava na sua actuação desde 1956 e, conseqüentemente, na dinamização da luta que tinha como objetivo primeiro o derrubamento do fascismo”.

Nesse sentido, em 1961, Álvaro Cunhal foi eleito secretário-geral do PCP com um programa que previa o fim da ditadura através de um levantamento. O Rumo à Vitória, aprovado no VI Congresso do PCP como programa preconizava a tomada do poder pela força, como o único caminho que poderia liquidar a ditadura. Contudo, o documento referia que não bastava derrubar o governo fascista e instaurar as liberdades para que a democracia se tornasse viável. Era necessário igualmente pôr termo ao poder económico dos monopólios e latifundiários, acabar com as guerras coloniais e com o colonialismo, destruir as bases de apoio da reação e do fascismo.

Sobre o projeto do Museu Nacional da Resistência e da Liberdade, que está previsto para a fortaleza, Jerónimo de Sousa afirmou que, “num tempo em que forças de extrema direita e do próprio fascismo tomam posições e crescem na Europa e no mundo, o museu ainda tem mais valor e configura “uma permanente presença de reafirmação da importância da luta pela democracia e pela liberdade”.

A Voz do Operário há 100 anos

A exploração humana

Assim como data de longos séculos a exploração do homem pelo homem, da mesma forma, desde que semelhante regime começou a vigorar, tenaz tem sido a propaganda emancipadora, para que esse regime desapareça, visto ter-se compreendido que os povos não podem nem devem sujeitar-se a tal. Não se seguiu o exemplo dos primitivos povos, porque se tal exemplo se tivesse seguido, não se chegaria ao estado actual de exploração, que traz revoltado todo o universo.

De longos séculos se tem protestado contra a exploração patronal e capitalista, cujos protestos tem levado muitos explorados às prisões, e passado agruras aqueles que, possuindo um pouco de raciocínio e tendo o cérebro mais cultivado, tem em todos os lugares gritado bem alto que não mais explorados nem exploradores, querendo assim libertar aqueles que, sendo o producto de toda a riqueza social, se encontram debaixo do jugo burguez e capitalista.

O operariado de todo o mundo assim o tem compreendido em todos os tempos mas actualmente mais do que nunca, visto estar farto de tanto engano e de tanta illusão d’aquelles que o exploram. Temos dever volver os nossos olhos para essas ultimas luctas, e, em especial, para as que actualmente se estão passando em todo o universo, depois da grande derrocada que avassallou o velho e novo mundo durante mais de quatro annos.

Nos outros países divisa-se o clarão revolucionario. As classes operarias principiam desde já a actuar pelas suas aspirações justas e humanas. São ellas que tem de dictar as condições da paz. É ao operariado que compete impôr as suas futuras condições de existencia, sem a exploração ignobil e criminosa que sobre elle tem sido imposta desde muitissimos séculos. Necesita-se para isso da união de todas as classes trabalhadoras para obrigar a burguezia a abandonar muitos dos seus privilegios. Tudo quanto ha a fazer, só as classes operarias o devem fazer, mas é uma forma insohismavel, criteriosa, leal e sincera.

N’esta ocasião, como em tantas outras, todos gritam bem alto: - Abaixo a exploração humana! Abaixo a exploração do homem pelo homem!

4 de janeiro 1920